

Notas sobre a ideologia do desenvolvimento no Brasil contemporâneo

Fernando Correa Prado*

Resumo: A ideia central deste ensaio é que as possíveis e variadas análises orientadas pelo horizonte utópico do desenvolvimento e pautadas pela questão motora sobre “como se desenvolver” informam a ideologia do desenvolvimento, na medida em que tendem a desistoricizar o “desenvolvimento” e, desta forma, naturalizam as relações de dominação e exploração vigentes através de um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais. Esta percepção traz consigo sete hipóteses sobre a ideologia do desenvolvimento, tratando de sua presença atual, origem, enraizamento, desdobramentos, hegemonia, tendência ao economicismo e, finalmente, possíveis formas de sua superação. Neste ensaio o foco se concentra na primeira hipótese, tendo em vista a relevância política atual da crítica à ideologia desenvolvimento para a América Latina.

Palavras-chave: ideologia; ideologia do desenvolvimento; marxismo; Brasil contemporâneo.

I. Introdução

*Sin saber que representaban la triste primicia de un mundo en transformación,
se imponían como modelo un pasado del que ellos ya eran la negación.
Experimentando los primeros síntomas de la oscura irrealidad general que se avecinaba,
buscaban empecinados una respuesta, sin comprender que, insospechada,
la respuesta estaba en la necesidad que habían tenido de formularse la pregunta.*

Juan José Saer, *El río sin orillas*, 1991.

Quais são os obstáculos que o Brasil deve superar para se desenvolver? Quais são os desafios que o século XXI apresenta para que o Brasil finalmente se torne um país desenvolvido? Qual estratégia de desenvolvimento o Brasil deve seguir? Qual modelo de desenvolvimento é mais adequado tendo em vista o contexto internacional atual? Qual política externa o Brasil deve adotar para avançar rumo ao desenvolvimento? O que o Brasil poderia aprender de outras experiências comparadas para seu próprio desenvolvimento? E por aí vai...

Este ensaio não tenta responder nenhuma dessas perguntas, tão comuns no cenário político e intelectual brasileiro. Pelo contrário, trata de estabelecer uma crítica à formulação de tais questões. Uma crítica que analisa a origem e a permanência desses tipos específicos de perguntas, apontando como foram sendo legitimadas pela história hegemônica do pensamento brasileiro (sobretudo no que se pode considerar como pensamento “econômico”) e como são intrinsecamente limitadas para a análise da conjuntura do Brasil contemporâneo.

A ideia central é que as possíveis e variadas respostas àquelas perguntas, embora possam trazer – nos casos mais logrados – elementos importantes de descrição ou de “aparência objetiva” da realidade brasileira enquanto parte do sistema interestatal capitalista, são intrinsecamente limitadas como explicação desta mesma realidade e acabam cumprindo uma função de *ideologia*, na medida em que tendem a *desistoricizar* o “desenvolvimento” – por mais “histórico-estruturais” que

* Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

sejam muitas análises – e, com isso, *naturalizam* as relações de dominação e exploração vigentes mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais. Aqueles tipos de questões informam, pois, a *ideologia do desenvolvimento*, cujos traços específicos fundamentais são: i) a presença do desenvolvimento como horizonte utópico; e ii) o enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de “como desenvolver o país?”.

Em sua formulação completa¹, essa ideia central está conformada por sete hipóteses, todas girando em torno da ideologia do desenvolvimento. Tratam de sua *presença atual*, *origem*, *enraizamento*, *desdobramento*, *hegemonia*, *tendência ao economicismo* e, finalmente, *possíveis formas de superação*.

Tendo em vista o escopo deste breve ensaio, o foco aqui se concentrará em apontar algumas notas sobre a primeira hipótese, que demarca as demais. A intenção é apresentar em linhas gerais o que se considera aqui como ideologia e como ideologia do desenvolvimento.

II. A presença e a disputa do desenvolvimento como horizonte utópico no Brasil contemporâneo

Que história estamos vivendo? Qual é o sentido dos fatos que presenciamos e nos envolvem? O momento decisivo para a construção de uma resposta a estas perguntas – ou seja, para uma análise sobre a conjuntura presente – está em escolher o conteúdo que se deve atribuir à narração da história imediatamente anterior aos tempos atuais. E não é exagero dizer que a palavra “desenvolvimento”, sobretudo em seu uso como um objetivo a ser perseguido, isto é, como um horizonte utópico, marcou e ainda marca a narração da história mundial desde o final da Segunda Guerra. Certamente isso também é verdadeiro para a história brasileira.

Na história do Brasil desde a década de 1950 até hoje é fácil identificar o uso do desenvolvimento enquanto horizonte utópico. Como a partir de meados dos anos 2000 se tornou um truísmo dizer que o desenvolvimento voltou à pauta do debate público nacional, desde então ficou ainda mais evidente tal identificação. Vale destacar alguns exemplos.

A começar por uma data relativamente recente: 1º de janeiro de 2015, que marca a posse de Dilma Rousseff em seu segundo mandato como Presidenta da República Federativa do Brasil. Em seu pronunciamento de compromisso constitucional perante o Congresso Nacional, Dilma Rousseff afirma (2015):

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir.

¹ O conteúdo deste ensaio deriva da tese *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*, defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ.

E ao final confirma (*Idem*):

Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

“Construir um Brasil desenvolvido”: eis o objetivo último, frente ao qual seu coração valente dispara. Seria preciso vencer as dificuldades, superar os obstáculos, para alcançar esse horizonte.

Interessante notar que a superação dos obstáculos ao desenvolvimento também havia sido tema central do pronunciamento de posse do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, na sessão solene do Congresso Nacional. Considerando o Brasil ainda como um “país em desenvolvimento”, neste discurso em diversos momentos Lula aponta o desenvolvimento nacional como horizonte. Isso fica claro nas passagens que tratam de dois elementos que viriam a ser marcantes de seu governo: o pacto social e a política externa. Em suas palavras (2003, p. 6 e 9):

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. [...]

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

Nestas duas manifestações importantes, tanto de Dilma quanto de Lula, fica evidente a presença do desenvolvimento como horizonte utópico, um fim em si mesmo, mas também um caminho, numa ambiguidade e circularidade que, como se verá, é muito eficiente enquanto ideologia.

Também é possível identificar o horizonte utópico do desenvolvimento no documento *Brasil 2022*, escrito em 2009 por Samuel Pinheiro Guimarães como primeira tarefa enquanto Ministro à frente da Secretaria de Assuntos Estratégicos, onde atuou até o final de 2010. O Brasil neste caso já não é apresentado como “em desenvolvimento”, mas como “subdesenvolvido” – “pelas extremas disparidades sociais e econômicas, pela fragmentação da infraestrutura de energia, transportes e social, pela insuficiência de geração de ciência e tecnologia e pela visão de curto prazo de sua iniciativa privada” (2009, p. 6)². No início do documento, ao elencar cinco motivos para a necessidade de planejamento da ação do Estado, o então Ministro aponta para “a necessidade de definir metas estratégicas a serem atingidas, a exemplo dos Objetivos do Milênio³, e que, ao serem

² Este traço é importante, pois, como se verá no capítulo seguinte, a noção de “país subdesenvolvido” foi originada no bojo da própria ideologia do desenvolvimento, embora tenha sido paulatinamente deixada de lado pelo pensamento dominante.

³ De passagem, vale lembrar que os “Objetivos do Milênio” da Organização das Nações Unidas, dentre seus oito pontos, têm como uma de suas metas “Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento” (ONU, 2000).

definidas, permitam avaliar a trajetória do Brasil rumo ao estágio de economia desenvolvida” (*Idem*). Um objetivo reforçado ao longo do documento e apresentado novamente de forma muito direta nos parágrafos finais: “Tornar o Brasil uma sociedade desenvolvida, socialmente justa e integrada, tecnologicamente dinâmica, militarmente segura, pacífica, soberana e democrática, é o desafio que nos impõe o próximo centenário” (*Ibid.*, p. 63). O primeiro desafio, que demarca todos os demais – ou seja, o horizonte utópico –, é tornar o Brasil uma sociedade desenvolvida.

O mesmo horizonte também está presente em importante documento apresentado ao público em 2008, ano da criação da já mencionada Secretaria de Assuntos Estratégicos. Trata-se da *Estratégia Nacional de Defesa*, documento elaborado pelo Ministério da Defesa e aprovado pela Presidência da República pelo Decreto nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Após uma brevíssima introdução, a primeira seção se intitula “Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento”. E o primeiro ponto dessa seção diz o seguinte (Ministério da Defesa, 2008, p. 8):

1. Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento.

Note-se que o desenvolvimento também aqui é visto tanto como caminho – “modelo de desenvolvimento” – quanto como objetivo estratégico.

O horizonte utópico do desenvolvimento aparece de forma ainda mais recorrente no debate público, nos organismos representativos de classes e frações de classe e, talvez mais ainda, no âmbito intelectual. É possível identificá-lo no período recente, por exemplo, em discursos representativos da burguesia industrial e da burguesia ligada ao agronegócio.

O atual presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, publicou um artigo de opinião no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 22 de dezembro de 2014 – pouco depois de ter sido o segundo candidato mais votado para Governador do mesmo estado, em chapa liderada pelo PMDB –, afirmando no título que a “A pauta da indústria é a pauta do Brasil”, consigna repetida ao final do artigo, junto ao mantra da busca pelo desenvolvimento (2014, p. A3):

Livre de suas amarras, o setor industrial pode ser motor do crescimento da economia na decolagem rumo a um país mais desenvolvido e mais justo para todos os brasileiros. A pauta da indústria é a pauta do Brasil.

Ainda no que se refere à pauta declarada da indústria – mas recuando um pouco mais no tempo –, em 2010 o Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (IEDI) publicou um documento no qual oferece *Contribuições para a agenda de desenvolvimento do Brasil*, ressaltando em diversas passagens seu interesse e perspectiva (IEDI, 2010, p. 25):

Voltar a ter alto dinamismo em seu setor industrial poderá representar, para um país como o Brasil, o retorno da perspectiva de alcançar mais prontamente a condição de país desenvolvido. Nesse sentido, e sem prejuízo dos demais setores econômicos, a indústria deve estar no centro do programa de desenvolvimento.⁴

Interessante é notar que, quase na mesma data da publicação do texto de Skaf, a senadora Kátia Abreu também afirmaria o desenvolvimento enquanto horizonte na cerimônia em que tomou posse por mais um mandato como presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Seu discurso postula com clareza (Abreu, 2014):

Essa confiança atesta o acerto de nossa administração, que procurou – e continuará procurando – agir em sintonia com os anseios e expectativas do setor, ouvindo-o e buscando interlocução construtiva com o Estado brasileiro, de modo a torná-lo parceiro de uma causa comum: o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Esse objetivo está acima, muito acima, de facciosismos ou de querelas partidárias.

O horizonte do desenvolvimento seria reafirmado pouco depois por Kátia Abreu, então recém empossada Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em artigo de opinião na *Folha de S. Paulo* do dia 13 de janeiro de 2015, ironicamente titulado “Ideologia? Só durante as férias” (Abreu, 2015, p. A3): “[...] somos todos – produtores rurais, empresas e governo – parceiros em uma causa comum: o desenvolvimento do país”. Numa tacada só Kátia Abreu afirma os interesses de determinadas frações de classe e do governo como interesses comuns ao conjunto da população do país, mediante o horizonte do desenvolvimento, e o faz sob a alegação de deixar de lado qualquer tipo de discussão ideológica (“só durante as férias”), tudo isso contra a “miopia ideológica de pequenos grupos”. Tendo em vista que a tentativa de universalização de interesses particulares é um elemento central dos constructos ideológicos, trata-se aqui de um exemplo claro de reprodução da ideologia do desenvolvimento mediante um discurso que se diz anti-ideológico.

Enfocando outros exemplos, é especialmente significativo notar que na maioria dos programas de governo dos partidos que disputaram as eleições de 2014 também está plasmado este horizonte utópico do desenvolvimento, mesmo quando sob perspectivas políticas distintas.

Restringindo o olhar aos dois partidos que têm polarizado em termos eleitorais o cenário político do executivo nacional – PSDB e PT –, vale apontar que no programa do PSDB para a eleição presidencial de 2014, este horizonte fica claro já na primeira diretriz proposta para a política externa (PSDB, 2014, p. 56):

A política externa será conduzida com base nos princípios da moderação e da independência, que sempre nos serviram bem, com vistas à prevalência dos interesses brasileiros e dos objetivos de longo prazo de desenvolvimento nacional.

Neste mesmo programa se afirma que (*Ibid.*, p. 7):

A plena condição de país desenvolvido para o Brasil ainda depende de muitos fatores. Sem dúvida, o mais importante é a real qualidade de cidadão para cada brasileiro, no reconhecimento e exercício de seus direitos e deveres como pessoa e em sua total inserção na sociedade brasileira com dignidade, respeito e qualidade de vida.

⁴ Em 2012 o IEDI publicaria novamente um panfleto com o mesmo título, mas contendo algumas modificações. O trecho citado segue idêntico na segunda versão do documento (IEDI, 2012).

É curioso que no projeto de governo do PSDB para a eleição presidencial de 1994, logo no primeiro capítulo – cujo título é “Um novo projeto de desenvolvimento” –, afirma-se, na primeira linha, que “O Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É um país injusto” (2008 [1994], p. 02). Apesar desta interessante colocação com derivações teóricas, após um diagnóstico sobre as décadas de 1950 a 1980 (durante as quais teria havido um “salto de desenvolvimento”), associado a outro diagnóstico sobre o esgotamento do “nacional-desenvolvimentismo” com a crise da dívida e a inflação (que resultaram na “década perdida”), este mesmo projeto apresenta então o grande desafio histórico que o partido se propõe a enfrentar: “redefinir um projeto de desenvolvimento que possa abrir para o Brasil a perspectiva de um futuro melhor – de uma qualidade de vida decente para o conjunto da sociedade” (*Idem*).

Este foi o programa vitorioso nas eleições de 1994, de modo que no dia 1º de janeiro do ano seguinte Fernando Henrique Cardoso tomaria posse perante o Congresso Nacional. Em seu discurso o horizonte utópico do desenvolvimento seria igualmente central. Vinculando determinado período histórico ao desenvolvimento, sendo este também um sonho e um projeto pelo qual lutar, logo no início afirma (1995, p. 23, 24 e 26):

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. [...]

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os “anos dourados” de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa que amarrrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980.

Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra. [...]

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

A história mostrou que se tratava de projetos em alguma medida distintos se comparados com os governos recentes do PT, no entanto o mais interessante é capturar que o horizonte utópico declarado pelo PSDB também foi o “desenvolvimento”.

A associação entre justiça e desenvolvimento aparece também no programa do PT para a eleição de 2014, embora com possível conteúdo distinto (PT, 2014, p. 16):

Construir um novo ciclo de transformações significa transpor o degrau que hoje separa o Brasil do mundo desenvolvido [...]. O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido. Chegou a hora de alçarmos o Brasil à condição de desenvolvido e justo.

Ainda no debate público, mas já passando para suas expressões derivadas do terreno acadêmico, a questão motora central por trás de várias dessas manifestações do horizonte utópico do desenvolvimento é bem sintetizada em texto de Helena Nader, atual presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em coluna de opinião do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 21

de janeiro de 2015 (“As matérias-primas da riqueza”, p. A3): “O Brasil quer ser um eterno país emergente ou chegar logo à condição de país desenvolvido?”. Na resposta oferecida por Nader a esta questão, e tal como muitas pessoas afirmam, a educação, a ciência e a tecnologia teriam se tornado “as principais matérias-primas da riqueza e do desenvolvimento sustentado”.

Quando o olhar passa para o debate político-intelectual, esse horizonte utópico do desenvolvimento torna tão ou mais presente, numa disputa pelas formas do país se desenvolver. Tal disputa se dá sempre no marco comum segundo o qual o Brasil é um país em desenvolvimento (ou emergente e, em algumas análises, subdesenvolvido) e, nesta condição, seria necessário *superar os obstáculos* para que o país alcance finalmente o desenvolvimento, sendo tais obstáculos definidos de acordo com a perspectiva teórico-política em questão.

Neste sentido, algumas instituições – ou, mais precisamente, alguns aparelhos estatais e privados de hegemonia – têm sido fundamentais para manter, renovar e reforçar o desenvolvimento como horizonte utópico. Destacam-se aqui o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto de Economia da UNICAMP, o Instituto de Economia da UFRJ, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Centro Celso Furtado, a Rede Desenvolvimentista, a Fundação Perseu Abramo, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), o já citado IEDI – e haveria ainda muitos outros que poderiam ser lembrados.

No seio de tais aparelhos, mas também para além deles, e no plano mais específico do debate político-intelectual recente, pelo menos duas importantes controvérsias que se deram no atual período histórico foram funcionais para reforçar o horizonte utópico do desenvolvimento: a controvérsia sobre a continuidade ou ruptura entre os governos de Lula e Fernando Henrique Cardoso e a controvérsia sobre o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Certamente relacionadas entre si – e tocando em temas que, por sua vez, formam outros debates, como os referentes à “desindustrialização”, “reprimarização” ou a “reversão neocolonial” –, naquelas controvérsias é extremamente fácil encontrar exemplos de posições contrárias que, no entanto, compartilham o “desenvolvimento” enquanto horizonte utópico, disputando os caminhos para alcançá-lo (e muitas vezes o caminho para tanto seria, tautologicamente, o próprio desenvolvimento)⁵.

⁵ Na linha de interpretação que ressalta a ruptura do período histórico aberto com a eleição de Lula em 2003 em relação ao período histórico anterior, que teria começado com a crise da dívida da década de 1980 e, politicamente, estaria representado pela eleição de Fernando Collor de Mello, aprofundando-se nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), e que se insere e disputa o horizonte do desenvolvimento, ver, apenas a título de exemplos, Sicsú (2013), Pochmann (2010a, 2010b), Sader e Garcia (2010), Castro, Licha, Pinto Jr. e Sabóia (2005) e Biasoto Jr. e Palma e Silva (2010). Na contramão dessa leitura sobre as mudanças no Brasil a partir de 2003, uma série de outros autores, em obras individuais ou coletivas, tem apontado mais para a continuidade do que para a ruptura em relação ao período histórico anterior, mantendo, contudo, a disputa pelo (e através do) desenvolvimento; dois exemplos neste sentido podem ser encontrados em De Paula (2005) e Gonçalves (2013). A discussão na qual se insere Gonçalves, por sua vez, remete diretamente à controvérsia sobre o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Evidentemente que aqueles que defendem esses projetos estão imersos na disputa pelo (e através do) desenvolvimento

O que se busca evidenciar aqui é que o desenvolvimento enquanto horizonte utópico está muito presente no debate político e intelectual brasileiro – promovido por distintas frações da burguesia e por diferentes esferas de poder do Estado burguês. No fundo, desde sua origem, este horizonte utópico do desenvolvimento – parte essencial da ideologia do desenvolvimento – foi construído hegemonicamente também pela burguesia e por diferentes frações da classe dominante. Mais do que isso, o vocábulo desenvolvimento, carregado de distintos significados, aparece recorrentemente em discursos de seus representantes como o *topus* ao qual o Brasil deve chegar, subordinando via de regra as políticas de Estado – burguês/capitalista – ao objetivo declarado de contribuir no caminho rumo ao desenvolvimento. Diferentes frações da classe dominante não apenas permitiram mas de fato estimularam o debate sobre o desenvolvimento – e isso pelo menos desde a década de 1950, se não desde antes. Disputaram (e ainda disputam) o desenvolvimento, colocaram-no na pauta política nacional (e ainda o colocam). E, sendo ideologia da classe dominante, o “desenvolvimento” fincou raízes também nas estratégias da esquerda, inclusive em parte de seus setores socialista e comunista, já não como tática ou como disputa programática, mas até mesmo como horizonte utópico, o que revela sua eficácia enquanto parte do sistema de dominação. Eis aqui o principal problema político da ideologia do desenvolvimento.

Contudo, a ideia de que na verdade existem obstáculos ao desenvolvimento e que, uma vez superados – tautologicamente inclusive através do desenvolvimento –, traz consigo a idealização de um “verdadeiro desenvolvimento”, cuja essência normalmente é identificada *a priori* com um *processo histórico* específico e com um *projeto político* determinado, e tanto como *processo* quanto como *projeto* aparecem enquadrados, implícita ou explicitamente, no bojo do sistema interestatal capitalista, que assim tende a ser naturalizado.

III. Projetos, processos, ideologia e ideologia do desenvolvimento

É evidente que o desenvolvimento defendido por algum auto-titulado desenvolvimentista ou inclusive não é o mesmo que o defendido por Kátia Abreu, principal representante da burguesia ligada ao agronegócio no Brasil atual. Tampouco o empenho de Kátia Abreu em alcançar o desenvolvimento para levar ao povo brasileiro o chamado “bem-estar” se identifica perfeitamente com o empenho de Paulo Skaf no mesmo sentido, sendo este o representante da burguesia industrial do estado de São Paulo – e isso não obstante ambos estarem filiados ao mesmo partido, o PMDB. Igualmente é certo que o desenvolvimento para Reinaldo Gonçalves, por exemplo, não seria alcançado da mesma forma que para os novo-desenvolvimentistas, com Bresser-Pereira à frente. E

(Bresser-Pereira, 2003; Sicsú, De Paula e Michel [org.], 2005; Mercadante Oliva, 2010; Oureiro, De Paula, e Basílio [org.], 2012; Calixtre, Biancarelli e Cintra [org.], 2014). O que chama a atenção, no entanto, é que grande parte das críticas direcionadas a tais projetos também comungam, explícita ou implicitamente, do mesmo horizonte utópico: o desenvolvimento. Este seria o caso do próprio Reinaldo Gonçalves (2013) e, com importantes matizes, de Plínio de Arruda Sampaio Jr. em sua crítica ao novo-desenvolvimentismo (2012a; 2012b).

neste mesmo sentido é possível dizer que, apesar das continuidades que atualmente podem ser encontradas entre os governos recentes do PT e PSDB – a ponto de Gilberto Felisberto Vasconcellos cunhar a feliz expressão “petucanismo” –, os caminhos para alcançar o almejado desenvolvimento nos programas do PT não são idênticos àqueles que aparecem nos programas do PSDB.

A intenção aqui, porém, não é detalhar tais diferenças, mas sim chamar a atenção para o fato de que, na miríade do debate político-intelectual do Brasil contemporâneo, o horizonte utópico do desenvolvimento é quase onipresente e está em permanente disputa, comportando diferentes e muitas vezes contraditórios *projetos políticos*.

É também evidente – ou deveria sê-lo – que a luta de classes, com suas expressões na disputa entre distintos projetos políticos para a o conjunto da sociedade, não se deu sempre em torno do “desenvolvimento” e certamente não seguirá eternamente girando em torno deste horizonte. Ao observar esse quadro sem simplesmente naturalizá-lo, salta à vista a utilização da categoria desenvolvimento de uma forma que, explícita ou implicitamente (e em si mesma ou adjetivada), no bojo da defesa de diferentes *projetos políticos* para alcançar o desenvolvimento, identifica este horizonte utópico com determinados *processos históricos*. Tal identificação se dá muitas vezes mediante a desistoricização dos processos, cujas características são confundidas com o projeto político predominante em determinada época sem explicitar justamente a disputa entre distintos projetos e a construção histórica através da qual um determinado projeto se faz predominante – isto é, oculta-se a luta de classes.

A mais óbvia identificação de diferentes projetos com determinados processos históricos na disputa pelo desenvolvimento está relacionada à conjuntura dos países que são considerados como desenvolvidos na atualidade ou no momento de sua utilização discursiva. É disso que se nutre a denominação de supostos “países em desenvolvimento” ou “países emergentes”, em contraste com os “países desenvolvidos”. Uma divisão largamente utilizada em documentos institucionais (nacionais e internacionais), na academia, na mídia, em discursos políticos e também no senso comum, e que, como se sabe, retoma o contraste comum nas décadas de 1960 e 1970 entre “Primeiro Mundo” e “Terceiro Mundo” (naquele então circundando o “Segundo Mundo” representado pelo Campo Socialista).

Mas há outra forma de identificação, mais sutil e, por isso mesmo, mais eficaz em termos ideológicos. Trata-se do mecanismo que, dentro da disputa entre *projetos políticos* circunscritos ao horizonte utópico do desenvolvimento, iguala o “desenvolvimento” a determinados processos históricos relativos à própria história do Brasil e/ou relativos à história de alguns países dentro sistema interestatal capitalista – normalmente aqueles considerados “desenvolvidos” –, e o faz obviamente dando um sentido positivo ao processo histórico em questão, pois do contrário o

desenvolvimento não apareceria como um horizonte utópico. Acontece que esse mesmo processo histórico em geral é visto de forma idealizada, uma espécie de “país-período-modelo”, sem a percepção da totalidade e sem explicitar as contradições inerentes e específicas de cada processo histórico particular como parte do *desenvolvimento do sistema interestatal capitalista e das lutas de classes a ele intrínsecas*.

Pode-se objetar que essa identificação entre projeto político *para o* desenvolvimento e processos históricos *de* desenvolvimento (identificado, por sua vez, como desenvolvimento capitalista em geral, embora este adjetivo muitas vezes seja ocultado, o que também tem implicações ideológicas) seria fruto de uma perspectiva realista e não utópica, pois há ou houve um *topus* concreto, representado pelo processo histórico em questão, que serve de horizonte. Mas isso é verdadeiro e falso ao mesmo tempo. O problema nesta formulação é que ignora (ou finge que ignora, numa leitura mais cínica) inúmeras evidências que fazem do processo histórico “modelo” algo único, uma forma *particular* de uma totalidade, um processo não universalizável, mas que, no entanto, é tomado como abstração – um juízo, uma ideia, um conceito: o desenvolvimento –, que deveria representar ao mesmo tempo o ideal singular e o ideal universal.

Neste sentido, e independentemente da forma, engendra-se uma *estratégia ideológica* que cumpre um papel eminentemente *desistoricizante*, pois esvazia os elementos particulares dos processos históricos. No quiproquó entre projeto, processo e horizonte forma-se a ode ao desenvolvimento. Em outros termos, o “desenvolvimento” é tomado como singular, particular e universal, tudo ao mesmo tempo. Cumpre assim o papel de *ideologia*.

Isto posto, a pergunta que há de aparecer logo em seguida a esta afirmação é: o que se considera aqui como ideologia?

Há evidentemente uma enorme controvérsia quanto ao entendimento do que é ideologia e praticamente qualquer pessoa que se debruce sobre o tema logo chegará à conclusão de que “existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de ‘ideologia’” (Löwy, 2013 [1987], p. 18) ou que “o termo ‘ideologia’ tem uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si” (Eagleton, 1997 [1991], p. 15). Mesmo restringindo-se ao campo do marxismo e seus usos e debates em relação à ideologia, existe uma grande controvérsia sobre o tema. Neste sentido, tem razão Raymond Williams quando anota: “En esta situación no puede existir ninguna cuestión para establecer, *excepto en la polémica*, una definición marxista ‘correcta’ de la ideología” (1988 [1977], p. 72; itálicas do original).

Sem a menor intenção de estabelecer uma definição correta de ideologia – com ou sem aspas –, mas entrando de forma pontual e extremamente sintética na polémica *dentro do campo marxista* – passando por alto, portanto, toda a história, sempre recontada, sobre a origem do termo e seus

usos até o tratamento de Marx e Engels –, diria que é possível localizar três grandes linhas de percepção sobre ideologia, que podem ser apresentadas como *positiva*, *absoluta* e *negativa*⁶.

No sentido positivo percebe-se a ideologia como uma visão social de mundo que se expressa em um ideário ligado a determinada classe social. Assim, é possível falar de uma “ideologia proletária”, que deveria travar uma “luta ideológica” contra a “ideologia burguesa”, de modo que determinada ideologia seria combatida com uma ideologia contrária. Em outra chave, este sentido entende a ideologia como qualquer discurso vinculado a interesses sociais específicos, independentemente de sua posição no sistema de dominação. Este é um dos usos predominantes de ideologia dentro do marxismo e até mesmo fora dele. É comum, por exemplo, o uso da noção de “luta ideológica” no campo econômico – sindical – visando à passagem para uma luta no campo político. O problema deste uso é que, em última instância, esvazia de sentido a importante questão da ideologia como um mecanismo de justificação, velamento e naturalização do sistema de dominação. Caso se mantenha também este último sentido unido ao anterior, tende-se a cair no estranho caminho de se fazer uma “luta ideológica” para superar a “ideologia”. Em última instância, estaria se usando a mesma palavra para dois sentidos diferentes. Portanto, para o tipo de uso positivo de “luta ideológica”, acredito que é mais condizente a noção de “batalha de ideias”, que, como fruto das próprias contradições do desenrolar histórico, em determinados momentos se expressa como controvérsias específicas. A meu ver, existem diferentes ideologias e a classe dominada, por diferentes processos, pode adquirir (e perder) consciência de classe, que contribui para desvelar as ideologias. Nesta perspectiva, um mundo sem ideologia é um mundo sem exploração.

O sentido absoluto de ideologia, por sua vez, acaba se aproximando demasiado à noção de cultura. Neste caso ideologia seria o mesmo que o processo e produção de significados, signos e valores oriundos da sociedade – de toda e qualquer sociedade – e no qual todas as pessoas estão necessariamente enquadradas em suas respectivas vivências. Seria o terreno mediante o qual as pessoas se incorporam à realidade social, num agir pré-reflexivo. Quando se utiliza ideologia neste sentido, lembrando que se trata de sociedades divididas em classes e frações de classes (algumas dominantes e outras dominadas), o problema já não é que se esvazia a percepção da ideologia no

⁶ Terry Eagleton, em seu fenomenal estudo sobre *Ideologia* (1997 [1991], p. 49), faz referência a um livro de Raymond Geuss (*The Idea of Critical Theory*), no qual este autor distingue três definições de ideologia: “descritiva”, “pejorativa” e “positiva”. Também Raymond Williams, em *Marxismo y literatura* (1988 [1977], p. 71), distingue “tres versiones habituales del concepto, que aparecen corrientemente en los escritos marxistas [...]”: a) un sistema de creencias característicos de un grupo o una clase particular. b) Un sistema de creencias ilusorias – ideas falsas o falsa conciencia – que puede ser contrastado con el conocimiento verdadero o científico. c) El proceso general de la producción de significados e ideas”. Não sei se a divisão geral entre os sentidos de ideologia aqui proposta – positivo, absoluto e negativo – já foi utilizada, mas derivou da leitura de Marx e Engels (2007 [1845/46]), Marx (2004 [1857]), Gramsci (2006 [1910-1937]; 1981 [1930-1932]; 1984 [1930-1932]; 1986 [1930-1935]), Lukács (2012 [circa 1968]; 2013 [circa 1968]), Althusser (2001 [1970]), Silva (1979a [1971]; 1979b [1975]; 2013 [1970]), Williams (1988 [1977]), Larrain (1979), Löwy (2013 [1987]), Eagleton (1997 [1991]), Konder (2002), Iasi (2006; 2011) e Kohan (2011).

processo de dominação, mas, pelo contrário, esta parece ser total, sem espaço “de fora” ou “para além” da ideologia.

A categoria de ideologia aqui utilizada é apegada à sua conotação negativa, tal como sugere, entre outros, Ludovico Silva:

[...] un campo de acción mental encargado de preservar los valores de la clase opresora [...] un sistema de valores, creencias y representaciones que auto-generan necesariamente las sociedades *en cuya estructura haya relaciones de explotación* (es decir, todas las que se han dado en la historia) a fin de justificar idealmente su propia estructura material de explotación, consagrándola en la mente de los hombres como un orden ‘natural’ e inevitable, o, filosóficamente hablando, como una ‘nota esencial’ o *quidditas* del ser humano (Silva, 1979b [1975], p. 93 e 100; itálicas do original).

A *possibilidade* de desvelamento da ideologia passa pela luta e consciência de classe e, dentro da “batalha de ideias” no plano político-intelectual, se faz através do discurso crítico, vinculado à consciência de classe dominada, sendo o discurso crítico aquele

[...] capaz de apropiarse del saber formado a partir de la objetividad capitalista, de someterlo a la acción desestructuradora de las significaciones espontáneas del proletariado y de recomponerlo de manera tal, que los vacíos dejados por el discurso burgués que lo produjo se vuelvan evidentes como sistema y constituyan, así, el saber necesario para la revolución (Echeverría, 1986 [1976], p. 50).

Trata-se de um projeto crítico – o projeto do comunismo científico – na medida “en que se realiza como proyecto a la vez científico y revolucionario; aún más, revolucionario por ser científico y científico por ser revolucionario” (*Idem*)⁷. Um discurso ou projeto crítico cuja cientificidade passa pela busca constante por questionar e desconstruir o pensamento social tendente a legitimar a ordem social vigente, desvelando-o enquanto ideologia, bem como pela busca igualmente constante de se autocriticar, percebendo e revelando suas próprias determinações históricas.

É importante destacar três pontos desta perspectiva sobre *ideologia* e sobre *crítica*, relacionados entre si e necessários para apresentar especificamente a *ideologia do desenvolvimento*.

O primeiro é que tal visão de ideologia e crítica não coincide com aquela oferecida por Karl Mannheim em *Ideologia e Utopia* (1972 [1929]). Tendo em vista a influência direta ou indireta deste autor em diversos intelectuais ligados à ideologia do desenvolvimento – entre eles, Celso Furtado, por exemplo – e, mais importante que isso, considerando a utilização constante que se faz aqui da noção de *horizonte utópico* do desenvolvimento como parte de uma determinada ideologia, é importante fazer uma breve distinção entre a perspectiva aqui utilizada e a que deriva da obra de Mannheim. Para além do desacordo sobre a atribuição aos intelectuais ou à “*intelligentsia* socialmente desvinculada” da condição de estrato social detentor do privilégio cognitivo para se aproximar ao conhecimento⁸, e também para além da diferença em relação à sua concepção de

⁷ Esta forma sintética coincide muito com a brilhante análise de Michael Löwy (2013 [1987]) sobre marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento, embora sua perspectiva sobre ideologia e utopia seja diferente daquela aqui proposta.

⁸ Mannheim toma emprestado o termo “*intelligentsia* socialmente desvinculada” de Alfred Weber (*freischwebende Intelligenz*) e cuja tradução, segundo Michael Löwy (2013, p. 107), se aproxima mais a “*intelligentsia* livremente

ideologia particular e ideologia total – sendo esta próxima ao sentido positivo antes descrito e aquela ligada a uma espécie de ilusão no nível psicológico e individual –, a divergência a ser destacada aqui reside no fato de que, a meu ver, não há razão para se fazer uma contraposição entre ideologia e utopia, nos sentidos dados por Mannheim. De forma extremamente sintética – com tudo que isso implica em termos de simplificação de um pensamento denso –, na perspectiva desse autor a ideologia tenderia a estabilizar a ordem existente, enquanto a utopia (delimitada por Mannheim em relação a distintos momentos históricos, ao se definir como inatingível em um momento particular e não necessariamente em outro) conteria “elementos intelectuais [que] se transformam, então, no material explosivo dos limites da ordem existente”, sendo que “a ordem existente dá surgimento a utopias que, por sua vez, rompem com os laços da ordem existente” (Mannheim, 1972 [1929], p. 223). Ora, toda ideologia pode muito bem conter também uma utopia, que seja mais ou menos evidente e cumpra uma função central para dar força à própria ideologia, portanto *não* atuando num sentido destrutivo da ordem social; pelo contrário, diversas “utopias” atuam precisamente no sentido da manutenção da ordem vigente. *No caso da ideologia do desenvolvimento, este horizonte utópico conservador da ordem existente é o próprio desenvolvimento* (do modo de produção capitalista e do sistema interestatal capitalista). Em outros termos, é este horizonte que lhe confere especificidade enquanto *ideologia do desenvolvimento*.

O segundo ponto diz respeito às formas de atuação desta ideologia. Diferentes ideologias específicas podem ser transmitidas (e criticadas) de várias formas, mediante muitos meios e em distintos espaços, ou seja, nunca estão circunscritas a um modelo específico, podendo por vezes se apresentar de maneira maleável, fugaz, e outras vezes de modo explícito, direto. Como já se viu, o horizonte utópico do desenvolvimento está presente em discursos presidenciais, em textos de opinião na mídia, em livros e artigos acadêmicos e, procurando mais, é possível encontrá-lo em muitas outras formas⁹. Aqui o foco se concentra no pensamento mais sistematizado, em geral acadêmico-intelectual, que é também sempre político.

flutuante”. Löwy (2013, p. 109-110) tece uma crítica brilhante sobre esta questão, a qual compartilho quase plenamente (salvo a manutenção da distinção um tanto estanque entre ideologia e utopia): “Em nossa opinião, uma crítica marxista rigorosa de Mannheim deve antes de tudo reconhecer a verdade de algumas de suas observações sobre a natureza dos intelectuais como categoria social: é inegável que a *intelligentsia* é uma camada relativamente autônoma com relação às classes sociais, e que seu comportamento não pode ser mecanicamente explicado em função de sua origem social. O fenômeno da ‘livre flutuação’ dos intelectuais é real e explica por que pensadores vindos de uma classe determinada puderam se tornar os ideólogos ou utópicos de uma outra, ou transferir sua solidariedade de uma classe a outra. O que Mannheim parece ignorar é que a flutuação é um estado temporário, como o de uma pluma que oscila, antes que a força da gravidade a atraia para o solo. Carregado pelo vento da história, o intelectual pode flutuar de *uma posição a outra* no campo da luta de classes, mas este *movimento*, essa *fluidez* não constituem, eles próprios, uma base social estável, um ponto de vista próprio: a ‘força da gravidade’ das classes sociais a faz cair, cedo ou tarde, de um lado ou de outro”.

⁹ Como na propaganda do governo federal presente em alguns aeroportos, onde aparece escrita a seguinte frase, ao lado de uma foto bonita de algum lugar no Brasil: “Viaje pelo Brasil e leve na bagagem o desenvolvimento”. Nela se condensam o horizonte, o processo e o projeto: o desenvolvimento seria algo bom, um horizonte, que já existe no país, relacionado a algum processo histórico prévio, e que deve ser espalhado Brasil afora mediante determinado projeto, no caso o projeto do governo que formula tal propaganda.

Isso leva ao terceiro ponto: o caráter ideológico de qualquer pensamento/projeto não lhe imputa inutilidade cognoscitiva, não o reduz a mera “falsa consciência” – embora eventualmente possa ter essa característica. Em termos político-intelectuais um discurso ideológico normalmente traz elementos de descrição e mesmo de compreensão parcial da própria realidade, inclusive porque a ideologia não nasce das ideias, mas da realidade histórico-concreta. Dentro de uma mesma unidade de análise¹⁰ há diferentes manifestações *particulares* da totalidade que, quando comparadas, podem ser elucidativas em relação a esta totalidade, ainda que tenham fundamentalmente um papel de ideologia. Ilusão seria acreditar que o saber *crítico* da ideologia poderia se dar mediante uma completa refundação ou substituição do saber pré-existente.

Acontece que o pensamento *acrítico* – isto é, que não traz em si a crítica no sentido antes mencionado – tem seu horizonte intelectual reduzido (o que não implica que este horizonte não seja utópico, pelo contrário) e, mais do que isso, está inerentemente constrangido pelas suas próprias *questões motoras*¹¹.

Num contexto de supremacia do modo de produção capitalista, no qual a naturalização desistoricizante deste mesmo modo de produção é um elemento ideológico fundamental, e em um contexto específico no qual o horizonte utópico do desenvolvimento é disputado por diferentes projetos políticos, a disputa entre distintos projetos “de desenvolvimento” conforma justamente a *aparência* de desnaturalização e de “mudança estrutural”, ao passo em que, ao se manter como

¹⁰ Entendida aqui como os movimentos horizontais e verticais de expansão de relações capitalistas, isto é, de crescente (porém nunca completa) subsunção formal e real das formas de sociabilidade humana à valorização do valor e expansão do poder dos agentes do capital enquanto relação social; poder este que, em outro ângulo ou menor nível de abstração, conforma o *sistema interestatal capitalista* e se concentra nos Estados nacionais burgueses, hierarquicamente distribuídos, com suas fronteiras (não necessariamente fixas), suas moedas e seus capitais específicos.

¹¹ Embora tenha sido pensada de forma paralela e anterior à leitura da excelente e pioneira obra sobre *A ideologia do desenvolvimento*. Brasil: JK/JQ, de Miriam Limoeiro Cardoso, este ponto remete a uma percepção muito interessante da autora (1977, p. 66): “[...] A ideologia da classe dominante resolve, no plano ideológico, o seu duplo problema de promover a expansão do sistema e da integração das outras classes por meio de uma formulação toda ela voltada para o *como* dessa expansão e dessa integração – que a análise desvende ser, na verdade, o *como* da dominação”. A autora aponta ainda para uma diferenciação entre “dois tipos bem diversos de ideologias: as ideologias do *como* e as ideologias do *porquê*”. Nesta linha (*Ibid.*, p. 66-67): “As ideologias do *como* correspondem à fase de fortalecimento de uma situação já estabelecida, à manutenção de um determinado esquema de poder, de uma hegemonia global. As ideologias do *porquê* correspondem a uma fase de transformação: (a) ou mudança *do* sistema de poder, para implantação de uma nova hegemonia global; (b) ou mudança *no* sistema de poder, para o acesso à hegemonia de uma nova fração de classe. Em (a) se trata da transformação de uma função apenas de direção (dominada) para a função hegemônica completa, incluindo função de direção e função de domínio; em (b) se trata do acesso de uma fração à função de direção da sua classe, mantendo a classe a função de domínio; a transformação aqui é, pois, interna à classe dominante, é uma transformação da dominância. Conforme a fase seja de transformação ou de fortalecimento da hegemonia, as ideologias mantêm com a estrutura ou uma relação direta, no primeiro caso, ou uma relação inversa, no segundo caso. Se é assim, só nas fases em que aquela transformação já se opera concretamente é que a totalidade social inclui as ideologias do *porquê*. Durante todo o período anterior a estrutura ideológica se compõe unicamente de ideologias do tipo *como*. Dessa discussão ressalta uma conclusão: o caráter de classe da ideologia, ou melhor, as relações de classe caracterizando a ideologia”. Nesta obra Limoeiro Cardoso faz boas críticas à perspectiva althusseriana de ideologia e retoma Gramsci e o debate sobre hegemonia de forma muito rica, mas, no que tange à noção de ideologia, sua perspectiva acaba possibilitando uma visão positiva ou afirmativa de ideologia, certamente diferente daquela perspectiva negativa antes apontada, sobretudo pela ideia de que existem “ideologias dominadas”. Isto posto, e apesar da não coincidência entre a perspectiva trabalhada por Limoeiro Cardoso sobre ideologia e a visão aqui defendida, sua colocação sobre as ideologias do “como” e do “porque” são muito sugestivas e serviram para firmar a construção teórica de crítica à ideologia do desenvolvimento que este ensaio tenta aportar.

horizonte o “desenvolvimento” (adjetivado de várias formas ou, mais comumente, sem qualquer adjetivo), o próprio modo de produção capitalista (e seu possível “desenvolvimento”) é tomado como dado natural.

Assim, o pensamento que não traz a crítica no sentido antes mencionado normalmente toma o próprio horizonte do desenvolvimento como um dado naturalizado e tende a se pautar pela questão motora de “como se desenvolver”, entabulando o cerne da disputa política nas distintas respostas a essa questão motora.

Analisando o desenvolvimento em escala nacional, regional ou mesmo mundial, o pensamento acrítico o faz em geral sem refletir sobre as determinantes da necessidade de se propor essa questão. Por certo, a mera reflexão sobre o tema não impede que se mantenha a mesma questão no centro de suas problemáticas; pode inclusive se debruçar no questionamento sobre o “porquê” teria sido formulado e/ou implementado certo “modelo de desenvolvimento” em determinado período histórico e, com isso, avançar em outra questão motora da análise, mais pertinente, sobre o próprio objeto do desenvolvimento – ou “o que se desenvolve” e “por que se desenvolve”. Mesmo sem partir de um falso amálgama que identifique completamente a totalidade de alguns projetos políticos à particularidade de determinados processos históricos, a possibilidade de apreensão crítica da conjuntura em permanente movimento através das respostas encontradas por uma dada interpretação está limitada de partida por suas questões motoras, sendo que, no caso que aqui interessa, o questionamento sobre “o que se desenvolve” e “por que se desenvolve” abre mais possibilidades analíticas que o questionamento mais restrito – e muito mais frequente – sobre “como se desenvolver” ou “como alcançar o desenvolvimento”.

Contudo – e este é o ponto central –, para a crítica do horizonte utópico do desenvolvimento é preciso mais que o questionamento do “o que” e do “por que”, pois tais questionamentos podem estar – e normalmente estão – subordinados à problemática do “como se desenvolver”, que pode aparecer como questão motora central da análise de maneira aberta ou velada. E ao tomar o próprio horizonte utópico do desenvolvimento como dado e buscar apenas os caminhos para alcançá-lo, tende-se também a naturalizá-lo.

É necessário, portanto, captar “o que se desenvolve” e mais: realizar a crítica teórico-prática *para além* do horizonte utópico do desenvolvimento, hegemonicamente naturalizado como desenvolvimento capitalista.

Essa colocação é fundamental para a análise aqui proposta, contrapondo como questões motoras determinantes de distintas interpretações acerca do desenvolvimento capitalista a interrogante sobre “como se desenvolver” dentro desse sistema e sobre como compreender suas características gerais e particulares para superá-lo. Unida ao comentário anterior sobre ideologia e utopia, a referida colocação permite agora capturar os traços centrais da ideologia do

desenvolvimento, já adiantados na introdução: i) a presença do desenvolvimento como horizonte utópico; e ii) o enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de “como” desenvolver o país.

IV. A título de conclusão: desenvolvimentismo, ideário desenvolvimentista e ideologia do desenvolvimento no Brasil – notas para uma nova discussão sobre velhos temas

No plano político-intelectual ou da história do pensamento brasileiro, a hegemonia da ideologia do desenvolvimento se revela na percepção acertada de que “o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico do país” (Malta *et. al.*, 2011, p. 24). Acontece que, no âmbito da história do pensamento econômico brasileiro, quando se trata do *desenvolvimentismo* e do *desenvolvimento* o tema acaba gerando uma circularidade própria do seu caráter ideológico. Inclusive importantes esforços de construir a história do pensamento econômico brasileiro estão marcados por esta circularidade.

Abstração polissêmica, o desenvolvimentismo às vezes designa *projetos* ou programas de ação (portanto, políticos); às vezes é usado – mediante sua derivação como adjetivo: *desenvolvimentista* – para caracterizar *processos* históricos específicos em países ou regiões; e outras vezes é ainda tomado como ideologia, mas neste caso ideologia é entendida mais como ideário ou sistema de ideais voltado para a ação – aquele sentido positivo – do que como expressão de relações de dominação e velamento da realidade. O mais comum, aliás, é a utilização das três formas conjuntas, num amálgama próprio da naturalização do “desenvolvimento” enquanto horizonte utópico.

Ao focar alguns exemplos e referências fundamentais no estudo do desenvolvimentismo e de sua relação com a história do pensamento econômico brasileiro é possível revelar como o amálgama de pensar o desenvolvimentismo enquanto processo, projeto e horizonte – tudo ao mesmo tempo – muitas vezes tende a cair no próprio enredo da ideologia do desenvolvimento.

Em seu clássico estudo sobre o *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Ricardo Bielschowsky entende da seguinte forma o desenvolvimentismo – “conceito-chave que organiza o relato e lhe concede unidade” – (2007 [1988], p. 7; itálicas minhas):

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a *ideologia* de transformação da sociedade brasileira definida pelo *projeto* econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

No mesmo livro sintetiza seu entendimento de desenvolvimentismo como “a ideologia de superação do subdesenvolvimento com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, [que] só viria se tornar hegemônica na segunda metade dos anos 50”, tendo sua origem no período entre 1930 e 1945 (*Ibid.*, p. 250). Em outras publicações o adjetivo “desenvolvimentista” é utilizado por Bielschowsky para caracterizar já não mais um projeto ou uma “ideologia” – no sentido de ideário –, mas um *período histórico* – a “era desenvolvimentista” –, que se enquadraria entre 1950 e 1980 ou então, tal como aparece em outros textos, entre 1930 e 1980 (Bielschowsky, 2007; 2013). Isso porque em tais períodos teria predominado o desenvolvimentismo, de acordo com aquela definição aqui reproduzida.

Também em diferentes momentos da obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira se encontra esse uso polivalente acerca do vocábulo desenvolvimentismo. Em seu primeiro livro – *Desenvolvimento e crise no Brasil – 1930-1967* –, o desenvolvimentismo era entendido como “uma *ideologia* que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico” (1968, p. 209; *itálica minha*), sendo que o desenvolvimento seria “um *processo* de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”; um processo de “transformação global”, em que “o aspecto econômico é preponderante” (*Ibid.*, p. 15 e 16; *itálica minha*). Ainda no mesmo livro, em outra passagem, ao tratar da habilidade política de Juscelino Kubitschek (JK) para criar as condições políticas para o investimento privado, Bresser-Pereira ressalta o “fato de [JK] ter conseguido, em grande parte, unir o povo brasileiro em torno de uma *ideologia* particular fascinante, que praticamente nasceu e morreu (ou pelo menos perdeu vigor) com ele: o desenvolvimento” (*Ibid.*, p. 48; *itálica minha*).

Chama a atenção o alto grau de indeterminação de sua caracterização de desenvolvimento, ao mesmo tempo objetivo, caminho e ideologia – ou horizonte, processo e projeto. Em outras ocasiões mais recentes Bresser Pereira define o desenvolvimentismo de um modo no qual fica ainda mais evidente a mescla entre projeto, processo, ideologia (2012, s/p.; *itálicas minhas*):

O desenvolvimentismo é a *ideologia* do desenvolvimento econômico dos países retardatários, que realizaram ou realizam sua revolução nacional e industrial depois que os países mais avançados se industrializaram e se tornaram imperialistas; é a *estratégia* que usam os países retardatários para se industrializar e alcançar os níveis de renda dos países ricos; é a *alternativa* à proposta de crescimento liberal e dependente que, como na sua última versão, o Consenso de Washington, não promove o desenvolvimento econômico, mas instabilidade financeira e o aumento da desigualdade. No Brasil, o *nacional-desenvolvimentismo* foi a *estratégia dominante* entre 1930 e 1980, e teve êxito em promover a industrialização ou, mais amplamente, a *revolução capitalista do país*.

Nesta passagem, retirada de uma entrevista para um dossiê sobre “novo-desenvolvimentismo” – e como tal o conteúdo pode perder em precisão mas ganhar em espontaneidade –, fica claro que o desenvolvimentismo é entendido por Bresser-Pereira ao mesmo tempo como ideologia num sentido mais próximo a ideário ou projeto (estratégia) e como processo histórico (estratégia dominante).

Em contraste com essas formas que tendem a amalgamar o desenvolvimentismo em projeto, processo e horizonte, alguns trabalhos de Pedro Cezar Dutra Fonseca contribuem para revelar o caráter de horizonte utópico conformador de um dos traços da ideologia do desenvolvimento, ao caracterizar o papel do conceito de “desenvolvimento” no ideário desenvolvimentista. Em texto sobre a “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil” (2012 [2004], p. 24), o autor expõe que:

Nesse ideário [o desenvolvimentismo], o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas etc. Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma utopia, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele a nação permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda, periférica ou subordinada no contexto internacional, com indicadores sociais degradantes. Mas a reversão desse quadro não vem espontaneamente, deve ser construída, exige a ação, determinação, vontade e – em suas versões mais maduras – planejamento. Só por meio do Estado, como instituição que materializa por excelência a racionalidade burocrática e política, isso pode ser conseguido. Como toda boa ideologia, constrói-se um projeto de sonho que se propõe factível e realizável – e que, portanto, incita um programa de ação.

Em outro texto, ao focar na construção do conceito de desenvolvimentismo e tomar acertadamente como parâmetro não uma forma ideal deste ou uma definição *a priori*, mas sim sua construção histórica a partir de um embate político-intelectual (com base numa amostra de autores e analisando suas visões tanto em relação aos projetos quanto aos processos históricos identificados como desenvolvimentistas), Fonseca faz notar que (2014, p. 48; *itálica do original*):

De um lado, o termo remete a uma racionalidade imediata quanto a fins: crescimento da produção e da produtividade. Tal faceta descortina seu caráter “técnico”, objeto de planejamento, quantificável em metas e taxas desejáveis a serem buscadas conscientemente, através de meios tidos como mais adequados – os instrumentos de política econômica. Já os valores se manifestam quando o desenvolvimentismo toma a forma de ideologia de construir um novo mundo “melhor” ou “mais harmônico” [...]. A ele associam-se valores cuja ênfase variou de país para país da América Latina, e às vezes entre governos de um mesmo país, mas fundamentalmente a busca de uma sociedade mais “equilibrada”, com “harmonia”, “justiça social”, “soberania nacional” e “equidade”. Nota-se, então, um salto: *o desenvolvimentismo passa a ser um guia de ação cuja ideologia concebe o desenvolvimento não mais apenas como meio para atingir um fim, mas como fim em si mesmo, pois incorpora em seu conceito os próprios valores perseguidos.*

Ao desdobrar essa análise, um pouco mais adiante Fonseca aponta para um entendimento de desenvolvimentismo numa chave de leitura próxima àquela que aqui se tem da ideologia do desenvolvimento – apesar da inclusão, ao final da argumentação, de uma diferenciação weberiana (*Ibid.*, p. 49):

De outra forma, também aparece, em parte da literatura marxista, crítica ao desenvolvimentismo que o considera como ideologia justificadora da acumulação de capital, cuja retórica acena com projeto de universalidade para legitimar-se com a promessa da inclusão dos trabalhadores em seus frutos, ocultando o fato de que, ao se tratar de um desenvolvimento capitalista, funda-se na exploração do trabalho, sendo, portanto, incompatível com os valores desejáveis expressos na ideologia. De acordo com este entendimento, haveria uma contradição irreconciliável entre a racionalidade instrumental e a referente a valores.

De todo modo, certamente esta não é a forma mais comum de entender o desenvolvimentismo e, tal como Fonseca bem revela, em lugar de tomar um conceito de forma

apriorística, interessa mais “construir o conceito a partir da observação de seu(s) emprego(s) pela própria comunidade que o utiliza” (*Ibid.*, p. 32). Nesta construção, Fonseca captura a predominância de outra conceitualização de desenvolvimentismo, que mescla projeto, processo, ideário e horizonte utópico, tendo em vista que normalmente (*Ibid.*, p. 59; *itálicas no original*):

[...] entende-se por *desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.*

Aqui pareceria mais destacado o *projeto ou ideário*, mas com base nesta definição são identificados períodos históricos e casos de governos desenvolvimentistas (*subtipos*), isto é, *processos desenvolvimentistas*, nos quais o referido projeto logra plasmar-se como orientador do curso da história em determinado período. O elemento do horizonte utópico entraria nos “fins desejáveis”,

[...] pois incorpora no conceito os valores maiores que justificam a estratégia e o projeto para o futuro, a sua utopia em busca de outra sociedade melhor [...]. Incorpora-se, portanto, no conceito, variável axiológica, a qual se expressa como ideologia ou ideias que explicitam e justificam determinados fins ou valores (ação social racional referente a valores) (*Ibid.*, p. 61).

Esta última citação de Fonseca é útil para revelar a circularidade do movimento de imaginar que o desenvolvimentismo – enquanto ideário ou projeto, quer esteja ou não reduzido a um conjunto de políticas econômicas – seria a forma de superação dos problemas econômicos e sociais dentro dos marcos do sistema capitalista e que isso se daria quando fosse alcançado, finalmente, o próprio desenvolvimento. E mais: ao serem também identificados períodos, casos de governos ou subtipos de desenvolvimentismos que historicamente não superaram os problemas econômicos e sociais que se propunham superar, volta sempre a necessidade do desenvolvimentismo (como ideário ou projeto) para que, com ele, o desenvolvimento seja alcançado. É como se fosse preciso *desenvolver o desenvolvimento através do desenvolvimentismo para o país se tornar desenvolvido.*

Esta circularidade, muito comum no pensamento econômico brasileiro contemporâneo – sobretudo no pensamento que se auto insere em matrizes que reivindicam ideários desenvolvimentistas, em geral vista como “progressista” na batalha das ideias –, é um dos aspectos que a um só tempo refletem e reproduzem a ideologia do desenvolvimento dentro daquele mesmo pensamento.

Pois bem, ao problematizar o amálgama entre desenvolvimentismo, ideário desenvolvimentista e ideologia do desenvolvimento, pretendo destacar alguns pontos que podem ser úteis para informar possíveis análises sobre o Brasil contemporâneo:

- a) ao voltar os olhos para os períodos nos quais um ou mais projetos desenvolvimentistas influenciaram hegemonicamente a lógica da reprodução social (normalmente denominados como períodos desenvolvimentistas), cabe destacar que os projetos “vitoriosos” não estão dissociados de padrões de reprodução do capital em escala nacional, regional e mundial, cujo

surgimento e reprodução nunca é fruto de apenas um projeto político ou um conjunto de interesses, da mesma maneira que a hegemonia de determinado(s) projeto(s) em um dado período histórico nunca é total, pressupondo sempre disputa no próprio movimento da luta de classes;

- b) o ideário desenvolvimentista pode abarcar diferentes projetos políticos, que, por sua vez, podem surgir, subsistir e disputar espaço no bloco histórico mesmo em períodos nos quais não obtenham hegemonia;
- c) a ideologia do desenvolvimento – e este é o ponto central aqui defendido – permaneceu e permanece presente no cenário político-intelectual do Brasil contemporâneo e pode abarcar distintos projetos, caracterizados *ou não* como “desenvolvimentistas”. Como se buscou demonstrar no início deste ensaio com a hipótese da quase onipresença do horizonte utópico do desenvolvimento na atualidade, representantes de diferentes projetos políticos (vistos *ou não* como desenvolvimentistas, autodenominados *ou não* dessa maneira, e hegemônicos *ou não* no bloco histórico) disputam o conteúdo e a concretude histórica do “desenvolvimento”, reconstruindo-o como *topus* primordial a ser alcançado. E isso a partir de distintos interesses, refletidos em distintas significações que em decorrência propõem distintos caminhos sobre “como” alcançar aquele *topus*, informados por distintas análises da conjuntura e interpretações sobre o passado. Essa disputa, contudo, cumpre um papel importante na reprodução da ideologia do desenvolvimento, que permanece como elemento central no sistema de dominação do Brasil contemporâneo.

Referências bibliográficas

- ABREU, Kátia. “Posse da Diretoria da CNA para o triênio 2014/2017”, 2014. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/posse-da-diretoria-da-cna-para-o-trienio-20142017>> . Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- _____. “Ideologia? Só durante as férias”. *Folha de S. Paulo*, 13 de janeiro de 2015.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento. Nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- ALMEIDA Filho, Niemeyer (org.). *Desenvolvimento e dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- BARBOSA, Nelson. “Discurso de nomeação”. Disponível em: <<http://visaonacional.com.br/integra-do-discurso-de-nelson-barbosa-futuro-ministro-da-planejamento/>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- BIASOTO Jr., Geraldo e PALMA e SILVA, Luiz Antonio (orgs.). *Desenvolvimento em questão*. São Paulo: FUNDAP, 2010.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*, Rio de Janeiro: CEPAL/Record/Corecon, 2000.
- _____. “Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano”. em *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- _____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- _____. “Prefácio”. Em Maria Malta (coord.). *Ecos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. “El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005”. In: CAVE, R. (Coord.). *Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2006.
- _____. “Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois”. Em CGEE, *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- _____. “Seis interpretações sobre o Brasil”, *Dados - Revista de ciências sociais*, vol.25, nº3, 1982.
- _____. *Desenvolvimento e crise no Brasil. História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- _____. “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. em TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Revan, 2005.
- _____. “Desenvolvimentismo: ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 392, Ano XII, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4423&secao=392> . Acesso em 20 de maio de 2012.

- CALIXTRE, Andre, BIANCARELLI, André, CINTRA, Marcos. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Pronunciamento de compromisso constitucional perante o Congresso Nacional” 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-de-posse>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- CASTRO, Ana Célia, LICHA, Antonio, PINTO JR., Helder Queiroz e SABÓIA, João. *Brasil em desenvolvimento*. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- De PAULA, João Antônio. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- Dos SANTOS, Wanderley Guilherme. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1963.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Trad. de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. da Unesp/Boitempo, 1997.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *El discurso crítico de Marx*. México: Ed. Era, 1986.
 _____. *Las ilusiones de la modernidad*. México: UNAM/El equilibrista, 1997.
 _____. *Discurso crítico y modernidad*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2011.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”, *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 54(3): 333-358, jul./set. de 2000.
 _____. “O processo de substituição de importações”. Em José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (orgs.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.
 _____. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”. *A era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Pedro C. D. Fonseca e Pedro P. Zahluth Bastos (orgs.), São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
 _____. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Andre Calixtre, André Biancarelli e Marcos Cintra (eds.). Brasília: IPEA, 2014.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra e MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”. Em *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº2 (131), abril-junho de 2013.
- FRANCO, Gustavo. *O desafio brasileiro. Ensaio sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Antoloía*. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México: Ed. Siglo XXI, 2006.
 _____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 2. Trad. de Ana María Palos. México DF/Puebla: Ed. Era/Benemérica Universidade de Puebla, 1981.
 _____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 2. Trad. de Ana María Palos. México DF/Puebla: Ed. Era/Benemérica Universidade de Puebla, 1984.
 _____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 4. Trad. de Ana María Palos. México DF: Ed. Era, 1986.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil 2022*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, 2009.

- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.
- _____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.
- IEDI. *Contribuições para a agenda de desenvolvimento*. São Paulo: IEDI, 2010.
- _____. *Contribuições para a agenda de desenvolvimento*. São Paulo: IEDI, 2012.
- KOHAN, Néstor. *Nuestro Marx*. Caracas: Misión Conciencia, 2011.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- LARRAIN, Jorge. *Theories of development*. Londres: Polity Press, 1989.
- _____. *El concepto de ideología*. Vol. I: Carlos Marx. Santiago: Ed. Lom, 2007.
- _____. *El concepto de ideología*. Vol. II: El marxismo posterior a Marx: Gramsci y Althusser. Santiago: Ed. Lom, 2008.
- LIMOEIRO CARDOSO, Miriam, *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. “A ideologia persistente do desenvolvimento. Entrevista realizada por Silene de Moraes Freire e Mariela Nathalia Becher”. *Em Pauta. Teoria social e realidade contemporânea*, vol. 11, n. 31, 2013.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Trad. de Juarez Guimarães e Suzanee Felice Lèwy. São Paulo: Ed. Cortez, 2013 [1987].
- LUKÁCS, György. *El asalto a la razón*. Trad. de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. *Lenin*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012a.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012b.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. de Nélío Schneider (com colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- MALTA, Maria (*et. al.*). “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. Em Maria Malta (coord.). *Ecos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Celso Furtado, 2011.
- MANNHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. Trad. de Sérgio M. Santeiro e revisão técnica de César Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- MARX, Karl. “À Redação de ‘Otirtchestvienniie Zapiski’”. Em FERNANDES, Rubem César. *Dilemas do socialismo. A controvérsia de Marx, Engels e os populistas russos*. Trad. de Lúcio F. R. Almeida e Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Introducción general a la crítica de la economía política/1857*. Trad. de José Aricó e Jorge Tula. México: Ed. Siglo XXI, 2004.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Tomo 2. Trad. de Pedro Scarón. México DF: Ed. Siglo XXI, 2009.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Calvini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MERCADANTE OLIVA, Aluizio. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa*. 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2015.
- NADER, Helena. “As matérias-primas da riqueza”. *Folha de S. Paulo*, 21 de janeiro de 2015.
- ONU. *Declaração do Milênio das Nações Unidas*, Nova Iorque: ONU, 2000.
- OUREIRO, José Luís, De PAULA, Luis Fernando e BASÍLIO, Flávio (orgs.), *Macroeconomia do desenvolvimento. Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010a.
- _____. “O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro”. *Agência Carta Maior*, 2010b. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Estado-e-seus-desafios-na-construcao-do-desenvolvimento-brasileiro/4/16390>>. Acesso em 15 de dezembro de 2010.
- PSDB. *Mãos à obra: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1994].
- _____. *Plano de governo*, 2014. Disponível em: <<http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014>>. Acesso em 09 de setembro de 2014.
- PT. *Muda mais. Programa de governo*, 2014. Disponível em: <http://mudamais.com/sites/default/files/programa_de_governo_dilmamudamais_1.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2014.
- REGO, José Márcio. “A originalidade de um inovador científico e a ‘recepção’ de suas teorias”. Em NAKANO, Yoshiaki; REGO, José Márcio; e FURQUIM, Lilian. *Em busca do novo. O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ROUSSEFF, Dilma. “Pronunciamento de compromisso constitucional perante o Congresso Nacional”, 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: tragédia e farsa”. *Serviço social e sociedade*, São Paulo, n. 112. P-672-688, out./dez., 2012a.

_____. “Vivemos um processo de reversão neocolonial”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 392, Ano XII, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4423§ion=392> . Acesso em 20 de maio de 2012b.

SICSÚ, João. *Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SICSÚ, João, De PAULA, Luis Fernando, MICHEL, Renaut (orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto de crescimento com equidade*. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SKAF, Paulo. “A pauta da indústria é a pauta do Brasil”. *Folha de S. Paulo*, 22 de dezembro de 2014.

SILVA, Ludovico. *Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos*. 3ª ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 1979a.

_____. *Teoría y práctica de la ideología*. México: Ed. Nuestro Tiempo, 1979b.

_____. *A mais-valia ideológica*. Trad. de Ceci Araujo Misoczky. Florianópolis: Ed. insular/IELA, 2013.

SILVA, Luiz Inácio Lula da, “Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional”, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

SOARES THOMAS, Agripino. “Verso e reverso do desenvolvimento”, *Revista Movimento Socialista*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1959.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira. Análise do discurso integralista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

_____. *Gunder Frank. O enguiço das ciências sociais*. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Trad. de Pablo di Masso. Barcelona: Ed. Península, 1988 [1977].

WOLFF, Kurt. *Contribución a una sociología del conocimiento*. Trad. de Alfredo Antognini e José Rosario Turiano. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.